



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 4734/18

Objeto: Prestação de Contas Anual

Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Santa Cecília/PB

Exercício: 2017

Responsável: Helena Rodrigues da Cruz

Relator: Cons. Arnóbio Alves Viana

EMENTA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES – ORDENADORA DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIACÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93 – Regularidade. Atendimento integral às disposições da LRF. Arquivamento.

ACÓRDÃO APL – TC –00293/2018

Vistos, relatados e discutidos os autos da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB**, Vereadora Helena Rodrigues da Cruz, relativa ao exercício financeiro de **2017**, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, em sessão plenária realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, em:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 4734/18

I. ***JULGAR REGULARES*** as referidas contas, considerando atendidas as disposições da LRF;

II. **ARQUIVAR** os presentes autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 25 de abril de 2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 4734/18

RELATÓRIO

CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA (Relator): O processo TC nº 4734/18, trata do exame das contas de gestão da Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília/PB, Vereadora Helena Rodrigues da Cruz, relativas ao exercício financeiro de 2017.

A Auditoria deste Tribunal, com base no exame dos documentos que compõem os autos, emitiu relatório (fls. 208/211 e 260/262), concluindo pelo atendimento integral aos preceitos da LRF e quanto aos demais aspectos, não haver sido constatado qualquer irregularidade.

Em face das conclusões da auditoria a PCA em questão, não foi encaminhada ao Ministério Público Especial, bem como a gestora não foi notificada acerca da inclusão do presente processo na pauta desta sessão. **É o relatório.**

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e considerando que não foi apontada pela auditoria, qualquer irregularidade nas contas em questão, VOTO no sentido de que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, julgue regulares as contas em apreço, de responsabilidade da **Sra. Helena Rodrigues da Cruz**, Vereadora-Presidente da **Câmara Municipal de Santa Cecília**, durante o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 4734/18

exercício de 2017, considerando atendidos Integralmente os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, por parte da referida autoridade, no tocante ao mencionado exercício financeiro, determinando-se o arquivamento dos presentes autos. **É o voto.**

João Pessoa, 25 de abril de 2.018.

Cons. Arnóbio Alves Viana

Relator

mfa

Assinado 22 de Maio de 2018 às 13:39



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 22 de Maio de 2018 às 11:42



Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 22 de Maio de 2018 às 14:19



Luciano Andrade Farias
PROCURADOR(A) GERAL